



NEWSLETTER Nº 27, JULHO 2008



Contactos:

Escola Superior de Gestão de Santarém

tel/fax 243 322427

E-mail europedirect@esg.ipsantarem.pt

Sítio Web <http://europedirect.esgs.pt>



<http://ec.europa.eu/europedirect>

Tem perguntas sobre a Europa?

☎ Ligue para o número verde a partir de qualquer lugar da UE
0080067891011

① Visite o Centro de Informação EUROPE DIRECT para esclarecer dúvidas e obter documentação

@ Envie uma mensagem por correio electrónico

EDITORIAL

No dia 12 de Junho, a Irlanda chumbou o Tratado de Lisboa através de consulta popular. No Conselho Europeu que se seguiu, a 19 e 20 de Junho, foram intensamente debatidos os resultados desta consulta. Apresentamos alguns resultados apurados num Eurobarómetro especial realizado entre 13 e 15 de Junho:

- mais de metade das pessoas que não votaram no referendo disseram que isso se devia a falta de compreensão das questões;

- os votantes no sim dizem que a sua principal motivação foi que o Tratado de Lisboa é do melhor interesse da Irlanda, referindo sobretudo o facto de a Irlanda ter beneficiado muito com a UE;

- os votantes do não apresentaram um vasto espectro de razões para explicar a sua preferência: falta de informação foi a mais mencionada (1/4);

- os jovens que participaram, mulheres e desempregados foram grandes apoiantes do não; a maioria dos profissionais – gestores e reformados apoiaram a campanha pelo sim;

- no campo do não, os votantes pensa-

ram que o resultado colocaria a Irlanda em forte posição para renegociar o Tratado, para permitir à Irlanda manter a sua neutralidade e o seu sistema de impostos;

- os votantes do sim não apoiaram estes argumentos, e enfatizaram que o facto de que a vitória do não enfraqueceria a posição da Irlanda na UE (2/3 dos votantes no sim)

- uma grande maioria dos votantes (68%) disseram que a campanha do não foi mais convincente; mesmo a maioria dos votantes no sim fizeram essa apreciação (57%)

- no campo do sim muitas pessoas alteraram a sua posição durante a campanha (25% do sim e 17% do não partiram de diferentes posições.

O Conselho Europeu, aceitando a sugestão da Irlanda, decidiu voltar a debruçar-se sobre esta questão na reunião de 15 de Outubro de 2008 a fim de ponderar o caminho a seguir.

PÁGINA A PÁGINA

BREVES

Pag 2

UE e PME

Pag 3

UE e ENERGIA

Pag 4

UE e ASSUNTOS SOCIAIS

Pag 4

OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO E PARCERIAS

Pag 5

Presidência Francesa da UE

Dia 1 de Julho, a República francesa tomou a presidência do Conselho da União Europeia, seguindo-se à Eslovénia. Durante os próximos seis meses, a França organizará e dirigirá as reuniões dos grupos de trabalho, dos comités do COREPER, do Conselho nas suas diferentes formações e do Conselho Europeu.

As prioridades da Presidência francesa são o asilo e a imigração, as alterações climáticas, a agricultura e a defesa. Os detalhes do programa da Presidência serão apresentados pelo Presidente

francês Nicolas Sarkozy.

Relativamente ao asilo e imigração a França vai apresentar um "pacote europeu para a imigração e asilo" que será adoptado no decorrer da Presidência francesa, para estabelecer uma política europeia de imigração. O objectivo é regulamentar a imigração legal e o regresso dos imigrantes ilegais.

No domínio do ambiente e do aprovisionamento energético, o Conselho, sob a Presidência francesa, deve lançar as bases para

um acordo global sobre as alterações climáticas para pós-2012 na Conferência da ONU sobre este assunto, que decorrerá em Copenhaga em 2009.

A política agrícola comum vai ser revista através do "Exame da Saúde da PAC". Este exame revê a actualidade acrescida devido à crise alimentar mundial e a subida dos preços dos bens agrícolas.

O objectivo principal em matéria de defesa é reforçar a Política de Segurança e de Defesa (PESD).



Visite o sítio Web da Presidência francesa em: <http://www.eu2008.fr/>

10º Aniversário do Banco Central Europeu

O Banco Central Europeu comemorou, em Junho de 2008, uma década de existência. A 1 de Junho de 1998 iniciou as suas actividades com os objectivos imediatos de preparação para a substituição das moedas de onze Estados-membros pela moeda única e definir uma política monetária para a área do euro.

O Banco Central Europeu (BCE) é criado na sequência da acção desenvolvida, até então, pelo Instituto Monetário Europeu de coordenação das políticas monetárias dos bancos centrais nacionais e preparação para a introdução da moeda única.

Ao assumir funções a 1 de Junho de 1998, o BCE vai ter como principal objectivo imediato preparar os 11 Estados-membros integrantes na área do euro para a transição para a terceira fase da União Económica e Monetária.

O euro foi introduzido a 1 de Janeiro de 1999, sendo inicialmente utilizado apenas como pagamento electrónico. A 1 de Janeiro de 2002, as novas notas e moedas entraram em circulação. Ao BCE cabe a autoridade sobre a nova moeda, formando em conjunto com os bancos centrais dos Estados-membros o Eurosystem.

Actualmente, são 15 os Estados-membros que adoptaram o euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslovénia, Espanha, Finlândia, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal.

Principais atribuições do BCE:

- Definição e execução da política monetária para a área do euro
- condução de operações cambiais
- Detenção e gestão das reservas oficiais dos países da área do euro
- Promoção do bom funcionamento dos sistemas de pagamentos



Registo de Grupos de Interesses Junto da Comissão Europeia

A Comissão Europeia lançou no dia 23 de Junho, o seu registo online dos representantes de grupos de interesses. Todos os representantes de interesses que procuram influenciar a elaboração das políticas e o processo de tomada de decisões das instituições europeias são convidados a registar-se. No momento do registo ser-lhes-ão solicitados determinados dados a fim de reforçar a transparência das suas relações com a Comissão. Milhares de representantes de organismos tão variados como ONG, empresas privadas, gabinetes de advogados e sindicatos contactam diariamente com funcionários da Comissão, a única instituição europeia com o direito de propor novas leis. Representando os interesses específicos da sua organização junto dos decisores da UE, as actividades dos lobistas abrangem a elaboração e o envio de cartas e documentos de infor-

mação ou de defesa de posição e a organização de eventos. Tais actividades constituem um elemento importante do sistema democrático, pois asseguram que os responsáveis políticos têm conhecimento do efeito que as suas decisões podem ter nos vários sectores da população. O novo registo europeu dos representantes de interesses, de uma forma geral acolhido com bons olhos pelas próprias organizações em causa, destina-se a introduzir mais transparência neste domínio. O registo é totalmente voluntário, mas as organizações que decidirem inscrever-se deverão explicar quem são, quais os seus objectivos e quais os seus domínios de interesse. Deverão igualmente comunicar informações de carácter financeiro, a fim de serem claras as forças que estão por trás da actividade de representação de determinados interesses. Todas as informações serão tornadas públicas.

No momento do registo, os representantes de interesses devem assinar um código de conduta que rege as suas relações com o pessoal da Comissão. Assim, assegura-se que todos os lobistas cumprem as mesmas regras e estão sujeitos à mesma avaliação independente, aos mesmos procedimentos e sanções. Não existem quaisquer privilégios ligados ao registo, com excepção da promessa de um alerta por correio electrónico sempre que a Comissão lançar uma consulta pública. O registo integra-se na iniciativa europeia em matéria de transparência, destinada a reforçar a responsabilização, incluindo o conhecimento sobre a forma como o orçamento da UE é dispendido. Espera-se que, no futuro, o registo seja alargado de forma a cobrir também o Parlamento Europeu e o Conselho de Ministros.



Visite o sítio Web da do BCE em: <http://www.ecb.eu/ecb/html/index.en.html>

«Pensar primeiro nos pequenos»: uma Lei das Pequenas Empresas para a Europa

A maior parte dos empregos existentes na UE é criada por Pequenas e Médias Empresas (PME), que se definem por ter 250 empregados ou menos. A sua importância é fundamental para o desenvolvimento futuro mas são frequentemente confrontadas com barreiras e obstáculos burocráticos de monta. As PME europeias merecem mais ajuda para poderem explorar plenamente o seu potencial de crescimento sustentável a longo prazo e criar mais empregos. Para tal, a Comissão Europeia apresentou a Lei das Pequenas Empresas Europeias (LPE), baseada em dez princípios orientadores, e propõe a realização de acções políticas por parte da Comissão e dos Estados-Membros.

A Comissão propõe que se estabeleça uma parceria política entre a UE e os Estados-Membros que reflecta a vontade política de reconhecer o papel central que as PME desempenham na economia da UE e que defina pela primeira vez um quadro político englobante para a UE e os seus Estados-Membros. A proposta de Lei das Pequenas Empresas (LPE) vai de par com os planos recentemente anunciados do grupo BEI para simplificar, modernizar e diversificar a gama de instrumentos de apoio às PME.

No cerne da LPE está a convicção de que só alcançaremos o melhor enquadramento possível das PME se, antes e além de tudo o mais, a sociedade reconhecer o esforço dos empresários, incluindo artesanato, micro-empresas, empresas familiares ou de economia social, e considerar a criação de um negócio próprio uma opção apetecível. Significa isto que, na UE, a percepção bastante negativa do papel do empresário e da tomada de riscos tem de mudar.

A Lei das Pequenas Empresas estabelece 10 princípios que deverão ser adoptados ao mais alto nível político e medidas concretas que devem ser tomadas para facilitar a vida às pequenas empresas. Após consulta com as empresas e seus representantes, a Comissão Europeia resolveu propor nova legislação em quatro áreas que afectam particularmen-

te as PME:

- Primeiro, um novo regulamento geral de isenção por categoria relativo a auxílios estatais simplificará procedimentos e reduzirá custos. Aumentará a intensidade da ajuda prestada às PME e fará com que lhes seja mais fácil beneficiar de ajuda à formação, investigação e desenvolvimento, protecção ambiental e de outros tipos de ajuda.

- Em segundo lugar, o novo estatuto europeu de empresa privada permitirá que seja criada uma «*Société privée européenne*» (SPE) que funcionará segundo os mesmos princípios uniformes em todos os Estados-Membros. Foi concebida com o propósito de resolver o ónus actual das PME que, para operar transfronteiras, têm de criar filiais com diferentes estatutos em cada Estado-Membro onde queiram fazer negócio. Em termos práticos, a SPE significa que cada PME pode criar as suas filiais com o mesmo estatuto, independentemente de fazerem negócio no seu país ou no estrangeiro. A opção da SPE poupará tempo e dinheiro aos empresários em consultoria jurídica, gestão e administração.

- Em terceiro lugar, a nova proposta sobre o IVA oferece aos Estados-Membros a opção de aplicar taxas de IVA reduzidas aos serviços locais, incluindo os que têm um factor de trabalho intensivo, que são essencialmente prestados por PME.

- Por fim, prevê-se uma alteração à Directiva sobre atrasos nos pagamentos em 2009 para ajudar a garantir que as PME sejam pagas a 30 dias, como estipula o prazo.

Os 10 princípios guiarão a concepção e a implementação das políticas ao nível nacional e da UE, como conceder uma segunda oportunidade a percursos empresariais que se tenham saldado pelo insucesso, facilitar o acesso ao financiamento e permitir às PME transformar os desafios ambientais em oportunidades.

Além do compromisso assumido de cortar a burocracia em 25% até

2012, o tempo necessário para dar início a uma nova empresa não deverá ultrapassar uma semana, o máximo para obter licenças de negócios e autorizações não deverá ultrapassar um mês e os balcões únicos devem ajudar o arranque das empresas e os procedimentos de recrutamento.

Dentro de um ano, a Comissão prevê a utilização, sempre que possível, de datas concretas para a entrada em vigor de regulamentos/decisões que afectem as empresas. Os Estados-Membros são igualmente convidados a fazer o mesmo.

A LPE inclui um conjunto ambicioso de medidas para permitir às PME beneficiarem plenamente do mercado único e transitar para os mercados internacionais, para tal atribuindo mais recursos para o acesso dessas empresas ao financiamento, à I&D e à inovação. Estas medidas facilitar-lhes-ão ainda a participação no processo de criação de normas e a obtenção de contratos de direito público e ajudá-las-ão a transformar os desafios ambientais em oportunidades de negócio.

Por fim, a lei procura novas maneiras de estimular o interesse pelo espírito de iniciativa empresarial e cultivar uma atitude mais favorável ao empreendedorismo, especialmente entre os jovens. Os jovens que desejem criar uma empresa podem agora adquirir experiência estagiando em empresas estrangeiras graças ao programa «Erasmus para jovens empresários». Estes estágios contribuirão para a melhoria das suas competências e para a criação de relações entre as PME europeias. Outros programas de mobilidade semelhantes estão actualmente a ser criados para formandos.

A LPE está profundamente enraizada na Estratégia para o Crescimento e o Emprego. Apelamos aos Estados-Membros para que tirem partido da actualização do ciclo de Lisboa 2008 e se inspirem na SBA para elaborar os respectivos programas de reforma nacional.



Mais informações em: http://ec.europa.eu/enterprise/entrepreneurship/sba_en.htm

Conter os preços do petróleo

Segundo declarou o Comissário da Energia, Andris Piebalgs, na cimeira que decorreu em Djeddah (Arábia Saudita) a 22 de Junho, os preços do petróleo só poderão baixar se as forças da oferta e da procura no mercado forem controladas.

Nas suas palavras, "os preços acima dos cem dólares prejudicam tanto os países consumidores como os produtores. Interessa-nos a todos colaborar com o objectivo de reduzir a volatilidade dos mercados e regressar a preços do petróleo razoáveis. Temos de agir em conjunto para devolver a confiança e a estabilidade à economia mundial e evitar a recessão".

O Comissário europeu instou, por um lado, os países produtores a aumentarem a produção e a investirem mais na capacidade de produção e, por outro, os países consumidores a incrementarem a eficácia energética, a manterem

altos níveis de reservas de emergência e a lutarem contra a especulação no mercado.

Para fomentar o diálogo com os países produtores, a UE convidou a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) para um 'diálogo sobre a energia' de alto nível em Bruxelas, a 24 de Junho. A UE importa dos países da OPEP cerca de 40% do petróleo que consome. É o quinto encontro entre ambas as partes desde que começaram as conversações em Novembro de 2005.

A Arábia Saudita, que é o maior exportador mundial, prometeu aumentar a produção em 200 000 barris em Julho, pelo terceiro mês consecutivo, e continuar a aumentá-la se for necessário para conter os preços.

O aumento está a provocar dificuldades e tensões tanto no mundo industrializado como nos países em desenvolvimento. Nas

últimas semanas, verificaram-se na Europa vagas de protestos e greves de pescadores, agricultores e camionistas.

Perante a preocupação de que o aumento dos custos seja provocado não só pelas forças do mercado mas também pela especulação, a Comissão propõe-se controlar a evolução dos preços e tornar mais transparentes os mercados do petróleo. A OPEP apresentará, nas conversações de Bruxelas, um relatório sobre a repercussão dos mercados financeiros nos preços do petróleo.

A principal prioridade da Comissão é assegurar a eficiência energética, tanto a nível interno como externo. A UE apresentou uma proposta de política integrada em matéria de energia e alterações climáticas por forma a colocar a Europa na via do futuro sustentável.



Uma agenda social renovada para apoiar os cidadãos na Europa do século XXI

A 2 e 3 de Julho, a Comissão propôs um pacote global e ambicioso de iniciativas que reflecte um novo compromisso a favor da Europa social, consistindo numa abordagem integrada que conjuga várias políticas. Oportunidades, acesso, solidariedade - este pacote social mostra como a UE pode contribuir para estes objectivos, através da adopção de medidas para promover a criação de emprego, a educação e o desenvolvimento de competências, combater a discriminação, apoiar a mobilidade e permitir aos europeus viver mais tempo e com mais saúde. A agenda social renovada visa dar aos europeus, em especial aos jovens, os meios para fazer face às realidades em rápida mutação - induzidas pela globalização, o progresso tecnológico e o envelhecimento demográfico - e a evoluções como o recente aumento dos preços dos géneros alimentícios e do petróleo, bem como as perturbações dos mercados financeiros. Pretende igualmente ajudar as pessoas em dificuldades a adaptarem-se a estas evoluções.

«Os europeus estão preocupados com o impacto da globalização nos seus empregos e com o risco de resvalarem para uma situação de pobreza», afirmou o Comissário responsável pelos Assuntos Sociais, Vladimír Špidla. «Reconhecem também que são demasiadas as pessoas a quem são negadas oportunidades na vida por motivos de discriminação. A perda de certos empregos fica a dever-se ao facto de os conselhos de empresa não cooperarem eficazmente a nível transnacional. Agindo como um todo, a UE pode dar um valor acrescentado à acção nacional no intuito de melhorar a vida das pessoas.»

As acções no domínio social são, em primeira instância, da responsabilidade dos Estados-Membros e têm de ser adoptadas o mais próximo possível do cidadão, ou seja, aos níveis nacional, regional e local. Os Estados-Membros dedicam 26% (2005) do PIB a despesas com a política social, comparativamente com 15% nos EUA e 17% no Japão. No entanto, estas despesas poderiam ser feitas de forma mais orientada e eficaz. A acção da UE tem conseguido complementar as acções nacionais e promover a cooperação para gerir as mudanças

socioeconómicas. No âmbito da luta contra a pobreza, a UE ajuda a coordenar esforços para promover a inclusão activa, designadamente a integração no emprego, o reforço do carácter atractivo do trabalho e a aprendizagem ao longo da vida, em especial para as pessoas mais afectadas no mercado de trabalho. A Comissão trabalha igualmente para garantir que as regras do mercado único e da concorrência facilitem o desenvolvimento de serviços sociais de qualidade, acessíveis e sustentáveis, nomeadamente os que são prestados por empresas da economia social (por exemplo, cooperativas e associações mutualistas).

Assentando numa base sólida de anteriores conquistas sociais, designadamente na área da livre circulação de trabalhadores, a agenda social renovada consiste em adaptar as políticas comunitárias a novas realidades e tendências sociais, sem alterar os objectivos essenciais da Europa social: sociedades harmoniosas, coesas e inclusivas, respeitadoras dos direitos fundamentais e inscritas em economias de mercado saudáveis. A agenda social renovada articula-se em torno de três vertentes - oportunidades, acesso e

(cont.)

solidariedade - e visa essencialmente ajudar os cidadãos a concretizarem o respectivo potencial, ao mesmo tempo que ajuda todos aqueles que são incapazes de o fazer.

No seu conjunto, o pacote adoptado em 2 e 3 de Julho enquanto parte da agenda social renovada comporta 19 iniciativas nas áreas do emprego e dos assuntos sociais, da educação e da juventude, da saúde, da sociedade da informação e das questões económicas. As iniciativas concentram-se nas seguintes prioridades:

1 Preparar o futuro: crianças e jovens

2. Investir nas pessoas: gerir a mudança

3. Apoiar vidas mais longas e saudáveis

4. Lutar contra a discriminação

5. Reforçar os instrumentos

6. Influenciar a agenda internacional

7. Combater a pobreza e a exclusão social

A título de exemplo, a Comissão propõe legislação para colmatar as lacunas do quadro normativo vigente e assegurar protecção contra a discriminação em razão da religião ou crença, deficiência, idade e orientação sexual em esferas exteriores ao emprego. Uma outra proposta legislativa constan-

te do pacote visa facilitar o acesso dos doentes a cuidados de saúde noutros países europeus.

O pacote inclui ainda os pontos de vista da Comissão sobre o modelo de escolas que a Europa necessita no século XXI e analisa os aspectos relacionados com a educação e a integração social de crianças provenientes de famílias migrantes.

A agenda social renovada surge na sequência de uma ampla consulta pública, lançada pela Comissão em 2007, destinada a reflectir sobre a evolução da realidade social da Europa. Um novo inquérito Eurobarómetro hoje publicado apresenta as expectativas dos cidadãos na UE relativamente ao seu bem-estar social dentro de 20 anos.

Mais informações em: <http://ec.europa.eu/social/>



OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO E PARCERIAS

Toda a informação sobre convites à apresentação de candidaturas disponível em:

<http://europedirect.esgs.pt/Financiamento.asp>

Toda a informação sobre oportunidades de parcerias para candidaturas a projectos disponível em:

<http://europedirect.esgs.pt/Parcerias.asp>